**Na pandemia, qual Igreja queremos ser? uma Igreja profética ou corporativa?**

**Pe. Fábio Antunes do Nascimento**

Diocese de Coxim – MS

Em tempos de pandemia todos perguntamos como será a vida pós covid-19? A cultura, a sociedade, a política e, também, a Igreja são interpeladas por essa questão. Todos reconhecemos que seremos afetados, transformados e sairemos diferentes dessa experiência, tão dolorosa que nossa humanidade atravessa. Em nosso caso, de cristãos, a mudança sempre se orienta a uma meta: a conversão; então a tensão do tempo presente, antes de ser só um medo, é uma esperança. Cremos na conversão, alimentamos a esperança, sonhamos e lutamos pelo Reino de Deus.

A incerteza do tempo presente pode nos deixar duvidosos sobre o futuro, mas nunca de renunciar nossa Tradição. O cristianismo é a religião do seguimento; o seguimento do crucificado, como proclamamos: “quanto a nós, devemos gloriar-nos da cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo”. O que é escândalo para muitos é a nossa esperança. Daí que, mesmo pelas incertezas do momento presente, a Igreja não pode renunciar valores históricos.

No último sábado fomos surpreendidos por uma matéria do Jornal o São Paulo, que mostrava padres “Artistas” que, inoportunamente, ofereciam seus veículos de comunicação para a propaganda estatal. É importante ressaltar que essas empresas de comunicação são empreendimentos pessoais, dos padres ou comunidades de vida, independentes da Igreja, representada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que legitimamente, representa a Igreja no Brasil. Por possuir uma Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação; Rede Católica de Rádio (RCR); e a SIGNIS Brasil, que orienta as TVs católicas, mas que infelizmente, as emissoras corporativas dos padres “artistas” não se vinculam.

Depois da pronta resposta da CNBB, surgiram muitas opiniões sobre a “Nota de Esclarecimento”, emitida pela conferência, uns louvando o caráter da nota, outros, contudo, criticam os bispos, defendendo os padres artistas, a “posição política da CNBB” e a quebra da “unidade dos católicos”. Sobre esses 3 pontos indicados nas defesas apaixonadas que vi dos envolvidos nesse acontecimento, gostaria de pontuar alguns pensamentos.

1 – “Posição política da CNBB”: A CNBB reúne os bispos de todo o país e graças a Deus a colegialidade é uma marca fundamental de nosso episcopado. Opiniões, tensões e conflitos com certeza existem, mas os nossos bispos sempre nos deram o testemunho de equilíbrio e fidelidade, em superar as diferenças pessoais pelo bem da Igreja. Assim mesmo divergindo os bispos sempre deram a Igreja o testemunho da unidade. O equilíbrio em conciliar as diferenças pelo diálogo e a fé. A fidelidade por sempre se pautar no bem da Igreja, acima das opiniões pessoais. Assim, criticar a CNBB sobre “posições políticas”, me parece uma impressão insuficiente, já que seus pronunciamentos passam pelo crivo de mais de 250 bispos de opiniões pessoais diferentes, que pela fé e fidelidade a Igreja de Jesus Cristo admitem um consenso ao emitir uma nota.

2 – “A unidade dos católicos”: Reclamar a unidade dos católicos para justificar a atitude dos padres “artistas” e das “comunidades empresas” que se dispuseram negociar com o governo Bolsonaro propaganda “positiva”, não me parece, também, um argumento aceitável. Como pároco vi tantas vezes católicos sem compromisso com a comunidade onde vivem, muito entusiasmados com as “campanhas, clubes, revistas, associações, retiros e acampamentos” dessas estruturas “supra-eclesiais”. Quando fortalecer a vida comunitária, a diocesanidade e o compromisso comunitário foram reclamados pelas dioceses e paróquias, ouvimos que devíamos respeitar os carismas, e agora? Onde fica aquela unidade que antes era um obstáculo para a unidade, mas agora é cobrada como advogada criminal, que defende causas indefensáveis.

3 - Nota de Esclarecimento: De propósito coloco a Nota de Esclarecimento da CNBB como terceiro item. Comparar o valor do que disseram os padres “artistas e as comunidades empresas”, não me parece ter o menor cabimento, trata-se de legitimidade. O Brasil como um Estado possuí um acordo com a Santa Sé, que regem as relações desses dois países. Ironicamente, na semana anterior o Núncio Apostólico do Brasil: Dom Giovanne Agnelo, foi transferido para Rússia. Nem o representante legal do Papa no Brasil, nem a CNBB representante da Igreja no Brasil, eram participantes dessa dita “reunião” que alguns membros da Igreja, ofereceram apoio institucional ao presidente. É uma questão de legitimidade simples, os que estavam aí vendendo apoio, negociando, não tem legitimidade para fazê-lo.

Num tempo onde existem tantas opiniões, não quero ser mais um palpiteiro. A questão é simples quem se apresentou falando, vendendo em nome da Igreja, não tinha poder para fazer isso. Na linguagem imobiliária chamam isso de grilagem, no vocabulário eclesial, ainda vamos ter de encontrar um nome para batizar. Mas, o fato é que erraram e erraram muito, nossa Igreja não se dobra e não negocia valores. É por isso, que digo: prefiro uma Igreja profética e não corporativa. Profética, pois nacionalmente publicou que esses que estiveram nessa reunião, não nos representam, não são legitimamente constituídos da dignidade e da responsabilidade, que exercem os bispos como sucessores dos apóstolos e, por isso, não vacilaram em corrigir publicamente esse desvio. Não somos uma corporativa, que busca a todo o custo seu crescimento e favorecimento. A Igreja seria mais uma corporativa, nessa ecologia capitalista, se simplesmente ignorasse os meios pelos quais alguns de seus filhos buscam conseguir mais audiência, mais fãs, mais seguidores, mais associados e tietes, não discípulos missionários de Jesus Cristo. Espero que mudemos para melhor e que lembremos que para qualquer objetivo os meios contam muito.